O GLOBO
Publicado em 01/05/2024 - 05:57

Programa para setor de eventos é aprovado e custará R$15 bi

VICTORIA ABEL E
ANA FLÁVIA PILAR
BRASÍLIA E SÃO PAULO

LULA MARQUES/ AGÊNCIA BRASIL

Foco. Pacheco durante a votação: governo negociou até o último minuto para evitar aumento de R$ 2 bilhões no impacto do programa nos cofres públicos

Senado limita Perse a R$ 15 bi até 2026 e reduz beneficiados

Haddad negociou termos do programa. Ministro agradeceu a Pacheco e Lira e disse que caso mostra capacidade de entendimento entre Legislativo e Executivo

O Senado aprovou ontem o projeto de lei que limita o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) e reduz seu alcance, atendendo a menos segmentos da economia. Ainda assim, o programa será mantido até 2026 ou até atingir um custo de R$ 15 bilhões. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que defendia o fim do programa neste ano, vinha negociando a proposta nos últimos dias e agradeceu ao Senado e à Câmara pelo avanço do texto — que agora vai para sanção presidencial.

Haddad negociou o projeto até pouco antes da votação. A relatora do texto, Daniella Ribeiro (PSD-PB), desistiu de adicionar a correção pela inflação do teto de R$ 15 bilhões, valor que foi negociado pela Fazenda com parlamentares para mitigar o impacto do programa. A mudança levaria a uma alta de cerca de R$ 2 bilhões em renúncia de receitas e obrigaria o texto a voltar à Câmara.

A senadora afirmou que houve um apelo do governo para não alterar o texto, com um compromisso de que ele não fosse vetado, além de preocupação dos próprios setores beneficiados. Os empresários querem que a matéria seja sancionada antes da virada do mês, impedindo o retorno da tributação.

— Havia uma preocupação dos setores quanto à demora, na volta para a Câmara. Houve também um apelo do governo, que se comprometeu a não vetar — disse a relatora.

GOVERNO QUERIA 12 SETORES

Pelo projeto aprovado na Câmara e chancelado pelo Senado, serão beneficiadas 30 atividades (considerando a Classificação Nacional de Atividades Econômica), numa redução do que foi aprovado pelo Congresso no ano passado (44) e aumento do que o Executivo havia proposto em março (12 deles).

Após a aprovação, Haddad elogiou o Congresso. Nos últimos dias, ele vinha cobrando responsabilidade fiscal de parlamentares e a limitação do Perse foi uma das principais propostas negociadas pela equipe da Fazenda.

— (Quero) agradecer mais uma vez à Câmara e ao Senado pelo fato de terem aprovado essa restrição que foi feita ao Perse, com regras que filtram o programa e estabelecem uma governança e o colocam dentro do Orçamento — afirmou.

Haddad disse que o programa estava custando R$ 13 bilhões e agora passará a ter um impacto de menos da metade disso, de R$ 5 bilhões por ano.

— A Câmara e o Senado, e eu agradeço tanto ao Arthur Lira (presidente da Câmara) como ao Rodrigo Pacheco, (presidente do Senado), disciplinaram e moralizaram um programa que estava dando muito problema. Não pelo Congresso, mas porque o desenho permitia que ele fosse burlado e isso foi definitivamente corrigido. Todas as empresas agora precisam se habilitar — disse o ministro.

No meio das negociações para o avanço da medida, Haddad disse que havia indícios de irregularidades no Perse e que a Receita Federal apura o ocorrido.

Ao final, Haddad afirmou que houve "entendimento" entre Executivo e Legislativo:

— Ao colocar o programa numa linha correta, com começo, meio e fim, com valor carimbado, destinado por local certo, foi a negociação possível, o que demonstra capacidade do Executivo e do Legislativo se entenderem.

As mudanças no programa foram aprovadas após uma série de costuras políticas e resistência do ministro da Fazenda. O último ponto foi acordado entre o governo e a relatora da proposta no início da tarde de ontem. Haddad e a senadora conversaram por telefone e o ministro se comprometeu a não pedir o veto presidencial à proposta, além de liberar a bancada governista para apoiar o projeto em votação simbólica. Tudo para que o prejuízo não ficasse ainda maior, com a correção dos R$ 15 bilhões pela inflação, até 2026.

Os incentivos abrangem quatro tributos federais: Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), PIS e Cofins. A isenção total desses impostos permanece em 2024. O benefício será aplicado para empresas de lucro real ou presumido. No entanto, o projeto determina que para companhias de lucro real seja retomada a cobrança integral de IRPJ e CSLL em 2025 sobre o lucro.

Para essas empresas, o incentivo fiscal que zera os impostos permaneceria apenas sobre cobranças de PIS e Cofins, até 2026. Já para as empresas de lucro presumido permanece a isenção total, sobre os quatro impostos, também até 2026. A proposta ainda prevê que a Receita Federal publicará, bimestralmente, relatório de acompanhamento do benefício contendo os valores do benefício fiscal.

CRIADO EM 2021

O Perse foi criado em 2021, durante a Covid-19, para auxiliar profissionais que trabalham com eventos. Em uma primeira regulamentação do programa, no mesmo ano, o então Ministério da Economia, no governo anterior, chegou a incluir 88 setores no benefício de isenção de impostos. Esse número foi reduzido em seguida, em 2023, quando o Congresso aprovou medida enxugando a isenção fiscal para 44 setores.

Em dezembro de 2023, porém, o governo Lula decidiu acabar com o programa por meio de uma medida provisória. A MP estabelecia o fim do Perse para abril de 2024. Os parlamentares, porém, sinalizaram que a MP não seria analisada e perderia validade. Foi quando Haddad formulou um projeto de lei e o enviou à Câmara, com uma proposta mais suave: mantendo 12 setores com o benefício, que acabaria de forma gradual até 2026.

Nas mãos da relatora Renata Abreu (Podemos-SP), na Câmara, o projeto ampliou o auxílio para 30 setores, manteve isenção dos impostos até 2026 e criou o limite de gastos de R$ 15 bilhões. O formato, apesar de mais permissivo que o inicialmente enviado pelo governo, foi considerado uma vitória para Haddad, que trabalhou para deixar o texto com o menor impacto possível aos cofres públicos.

De acordo com parlamentares que acompanharam as negociações, Haddad também cedeu após reclamações de ministros de outras pastas, ligadas a áreas de turismo e eventos, que não teriam sido consultados quando o ministro da Fazenda decidiu acabar com o benefício.

Alguns dos ajustes nos setores

> Atividades excluídas
Albergues; Campings; Pensões; Produtora de filmes para publicidade; Locação de automóveis com motorista; Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob fretamento; Organização de excursões em veículos rodoviários; Transporte marítimo de passageiros; Transporte aquaviário para passeios turísticos; Museus e prédios históricos.

> Atividades mantidas
Hotéis; Apart-hotéis; Serviços de bufê; Exibição cinematográfica; Produção de fotografias; Filmagem de festas e eventos; Agenciamento de profissionais para atividades esportivas, culturais e artísticas; Aluguel de equipamentos recreativos e esportivos; Aluguel de palcos; Organização de feiras, congressos, exposições e festas; Casas de festas e eventos; Produção teatral, musical, de espetáculos de dança e circenses, de marionetes e similares; Atividades de sonorização e de iluminação; Produção de eventos esportivos; Discotecas e danceterias; Restaurantes; Bares; Agências de viagem; Jardins botânicos e zoológicos; Parques de diversão e temáticos.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Economia **Pagina:** 17

Copyright © Clipclap 2025.